

O SENTIDO E A FORMA NA ESTRUTURA DO SIGNO

Waldir BEIVIDAS *

RESUMO: Com o objetivo de ressaltar a economia que o princípio da arbitrariedade do signo, formulado por Saussure, pode conferir às teorias da linguagem na sua tentativa de superar concepções metafísicas — sempre presentes, implícita ou explicitamente, quando se aceita a presença do real como referente do signo — e de adquirir um estatuto científico no seu procedimento descritivo, o autor propõe, a título de hipótese, uma reinterpretação da noção de sentido em Hjelmslev, que a seu ver consegue pôr em evidência a posição formal do signo saussuriano em relação ao seu referente (intra-semiótico).

UNITERMOS: Arbitrariedade; sentido (do conteúdo e da expressão); função semiótica; contínuo amorfo; forma do conteúdo; forma da expressão; conceptualização; referente.

INTRODUÇÃO: A ARBITRARIEDA- DE DO SIGNO; O SENTIDO

Reduzindo ingratamente a umas poucas linhas toda a problemática da linguagem que se vem apoderando das cabeças de muitos filósofos, lógicos e lingüistas, desde a antigüidade grega, diríamos que Ferdinand de Saussure lançou, no final do século passado, as bases de uma teoria lingüística que, por oposição às que lhe antecederam, via a língua não como uma coleção de etiquetas que estão colocadas às 'coisas' do mundo de modo natural e ajustado, mas como um sistema de signos cujo arranjo e dependências internas se dão de modo arbitrário por relação às 'coisas' a que eles se referem.

O princípio da arbitrariedade do signo lingüístico foi objeto de muitas discussões e controvérsias, dada a imprecisão de algumas colocações e exemplos do *Cours*. Mas justamente, graças a essas discussões, tal princípio se evidenciou, pouco a

pouco, como o de maior economia para a teoria lingüística, que se firmou como disciplina autônoma, e como o princípio fundamental da teoria semiótica que dela se originou.**

A economia do princípio da arbitrariedade do signo lingüístico não poderia aqui ser ressaltada sem um exame prévio de outro conceito, muito polêmico, que na verdade ocupará o centro das nossas atenções: o *sentido*.

Sabe-se que essa palavra, tendo muito mais idade do que o princípio da arbitrariedade, pode-se constituir como que um 'calcanhar-de-Aquiles' das ciências humanas voltadas para o problema da significação. Estudada por filósofos, reformulada por lógicos e até, às vezes, descartada das preocupações de lingüistas (Bloomfield) ou reduzida a implicações menos comprometedoras (Greimas), essa palavra, indócil a análises de qualquer natureza, sempre surge em cena como que

* Pós-graduando em Lingüística pela Universidade de São Paulo.

** Referimo-nos aqui à semiótica européia e não à de Peirce, que se originou com base na Lógica.

ameaçando os progressos dos discursos das ciências humanas, na sua tentativa de se tornarem científicos.

Sob essa constante ameaça e tendo que conviver com a sua presença incômoda, os ensaios teóricos desenvolvem pelo menos algumas estratégias que permitem, mesmo não dando conta de sua definição, *abordá-lo* (na acepção etimológica do termo), arranjando-lhe alguma explicação (de compreensão, não de definição) que possibilite ao discurso ir adiante, sem ferir mortalmente a coerência interna da hierarquia dos seus modelos.

No nosso caso o incômodo é um tanto maior: por um lado, o sentido se apresenta aqui como o próprio *objeto de conhecimento* a ser examinado, uma vez que tentaremos, a partir da noção de sentido de Hjelmslev (*purport*), sugerir, a título de hipótese, uma nova delimitação da mesma noção, que acreditamos ganhar em operacionalidade para a teoria lingüística (e semiótica) (se sancionada sua validade teórica); por outro, os limites do presente trabalho impedem que se passem em revista as soluções teóricas propostas ao conceito de sentido pelos filósofos antigos, pelos lógicos modernos e por lingüistas de diferentes correntes, tarefa que sem dúvida seria prioritária num eventual prolongamento do assunto.

Através da sugestão hipotética que propomos aqui, permitimo-nos também reexaminar o modelo triangular da estrutura do signo, formulado por Ogden e Richards, com a intenção de ressaltar, ainda que sucintamente, isto é, sem discutir em detalhes a sua complexidade, a economia que o princípio da arbitrariedade traz para a formulação de um modelo de estrutura do próprio signo, como também as implicações epistemológicas que ele acarreta para a construção do discurso científico em lingüística e em semiótica.

Portanto, limitando-nos ao indispensável, iremos de chofre à interpretação que, presumimos, mais tornou clara a formulação do princípio da arbitrariedade e evidenciou seu alcance epistemológico, como também serviu de ponto de partida para a interpretação particular que aqui damos ao sentido: a de Hjelmslev.

UMA REINTERPRETAÇÃO DO SENTIDO DE HJELMSLEV

Este autor ressaltou um texto do capítulo IV do *Cours*, bastante representativo da concepção saussuriana de língua e da arbitrariedade do signo:

“Considerado em si mesmo, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não há idéias preestabelecidas, e nada se distingue antes do aparecimento da língua... A substância fônica não é nem mais fixa nem mais rígida; não é um molde cujas formas o pensamento deva necessariamente tomar, mas sim uma matéria plástica que se divide, por sua vez, em partes distintas a fim de fornecer os significantes de que o pensamento necessita. Portanto, podemos representar (...) a língua (...) como uma série de subdivisões contíguas desenhadas simultaneamente no plano indefinido das idéias confusas (...) e no plano não menos indeterminado dos sons (...); a língua elabora suas unidades ao constituir-se entre duas massas amorfas (...) esta combinação produz uma forma, não uma substância”.*

Hjelmslev considerou o exemplo de Saussure uma experiência feliz, mas que carregava ainda alguns resquícios da concepção da existência de “substância do conteúdo (pensamento)” ou de substância fônica anterior ao aparecimento da língua. Ou seja, viu nessa formulação um

* SAUSSURE, F. de-Cours...2 ed. p.155-157 In: HJELMSLEV, 1975 p.55.

“postulado não necessário” que a lingüística, ao se pretender científica, deve evitar. Adota então uma explicação empírica, com orientação inversa, ao procurar extrair, após uma comparação entre realizações de cadeias lingüísticas de línguas diferentes, um *fator comum* a todas elas, a que chamou *Sentido* (no inglês, o termo é *purport*).

Os exemplos por ele escolhidos, já tornados clássicos, são:

- 1) jeg véd det ikke (Dinamarquês)
- 2) I do not know (Inglês)
- 3) je ne sais pas (Francês)
- 4) en tiedä (Finlandês)
- 5) naluvara (Esquimó)

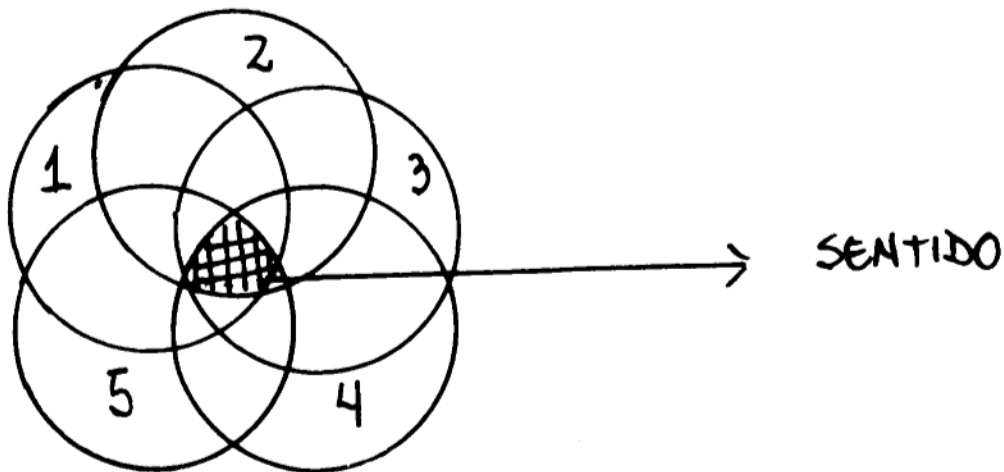
Todos eles possuiriam, apesar das diferentes articulações, um sentido comum, “o mesmo pensamento que, assim considerado, apresenta-se provisoriamente co-

mo uma massa amorfa, uma grandeza não analisada...” (Hjelmslev 3, p.56).

Vê-se que ao invés de postular a existência de uma “massa amorfa” precedente às línguas, da qual estas vão-se apropriando, pelas suas articulações, de determinadas porções, Hjelmslev procura inferir a existência (metodológica e operacional) de um fator comum, o sentido, às várias realizações lingüísticas após uma comparação entre essas e uma abstração do princípio que as estruturas nos seus específicos sistemas lingüísticos.

1. Um primeiro diagrama

Se representamos os exemplos de Hjelmslev por meio de figuras geométricas, temos o seguinte diagrama ilustrativo:



onde, apesar das diferentes articulações de cada língua (1,2,3,4,5), haveria uma zona partilhada por todas (em intersecção) e que constituiria o sentido comum a elas, o qual poderíamos traduzir pelo latim como NON SCIO.

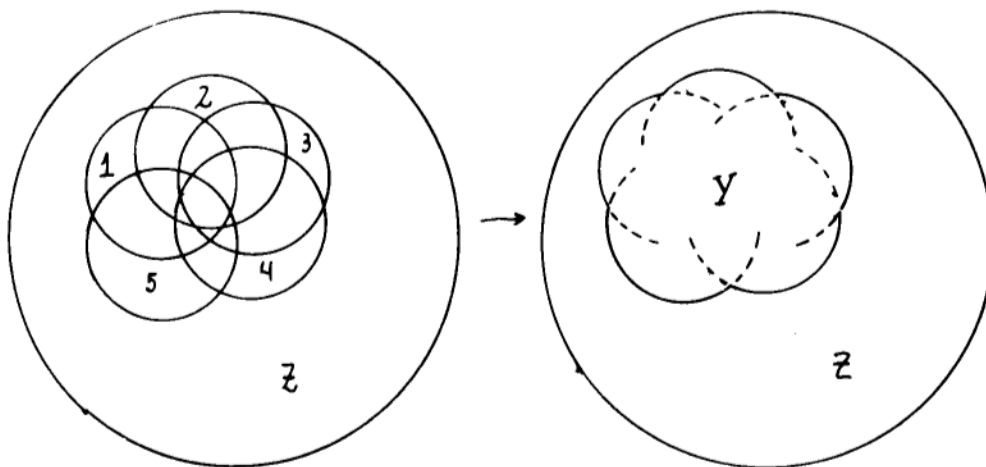
Contudo, mesmo já descontando as reservas sempre necessárias que se têm de fazer aos esquemas geométricos que procuram ilustrar as articulações do pensamento e do espírito humanos, o esquema acima parece, por si só, insuficiente e inseguro: ainda mais porque, qual explicação consegue dar conta das 'partes' das realizações que ficaram fora da intersecção? não fariam parte do sentido? seriam 'outra coisa' que não o sentido? ou estariam em intersecção, compondo outros tantos sentidos, com outras articulações

que não as escolhidas? e nesse último caso: quais critérios comandariam a organização e hierarquização dessas novas intersecções? É-nos difícil pensar num discurso científico que se construa no labirinto de intersecções que daí se originaria.

2. Um segundo diagrama

Uma leitura particular dos escritos de Hjelmslev sugere que se possa representar vantajosamente a sua concepção do sentido, através de um outro diagrama, a saber:

em que Z corresponde ao que Hjelmslev chama de "contínuo amorfo" (inferível a partir do conjunto de todas as possíveis realizações das cadeias lingüísticas ou semióticas de modo geral) e em que Y cor-



responde ao *sentido* comum às diferentes realizações das várias línguas escolhidas, abstraídos os princípios que estruturam diferentemente tais realizações.

Explica-se: o conjunto das várias realizações ou recortes lingüísticos, das diferentes línguas, incide numa mesma zona (Y) do contínuo amorfo. A intersecção desses recortes, por sua vez, permite a inferência de que eles, em conjunto, delinham no contínuo uma *zona comum de sentido*, do NON SCIO.

A particularidade desta leitura está em que ela sugere que o sentido não é imediatamente identificado ao contínuo amorfo — como Hjelmslev teria dito mais ou menos explicitamente quando afirma que o sentido se apresenta “provisoriamente como uma massa amorfa” — mas que ele se apresenta como uma instância (metodológica) *intermediária* entre o contínuo e as realizações propriamente ditas, isto é, *funções semióticas* das cadeias lingüísticas.*

O próprio Hjelmslev parece que nos entender desse modo, embora implicitamente. Com efeito, ao arrolar exemplos para reiterar a sua concepção de sentido, menciona a zona de sentido do espectro das cores, a zona dos números, aquela do espectro dos sons, a zona dos tempos verbais. Ao ressaltar a “ausência de concordância no interior de uma *mesma* zona de sentido” (cf. 3, p.59 - grifo nosso), sugere, no mesmo movimento, a existência (operatória) de *mais de uma* zona de sentido. Ou seja, mesmo sem se dar conta explicitamente, Hjelmslev parece conceder, pois, que, no contínuo amorfo se desenha um conglomerado de zonas de sentido, as quais se apresentam provisoriamente como grandezas informes mas suscetíveis de formações distintas nas diversas línguas.

OBSERVAÇÃO: Não podemos omitir aqui o receio de que esta interpretação possa eventualmente estar distorcendo o pensamento de Hjelmslev. Em contrapartida, as leituras que podem ser feitas de autores modernos como Greimas ou Pottier sugerem que essa *instância intermediária* seja uma necessidade metodológica que, de um ou de outro modo, parece estar presente em todos eles. De fato, quando Pottier procura estabelecer seu “esquema de comunicação” ele não toma o “mundo de referência (real ou imaginário)” como elemento a ser codificado em seguida, a não ser fazendo-o passar por uma instância “fundamental” que chama da “*conceptualização*”, onde se opera uma “*redução seletiva da referência*”. No mesmo autor, encontramos o conceito de “*lexe*”, “*conceito informe* (p.ex.: *ÁGUA QUE CAI DO CÉU*) que vai ser informado numa categoria nominal ou verbal numa língua (chover; chuva)”. Ainda que a chame de “*hipótese eventual*” — e que pareça carregar alguns comprometimentos com a natureza lingüística (cf. a própria cunhagem do termo), ao contrário do nosso desejo de estabelecer, com o sentido, um conceito válido para qualquer semiótica — não deixa menos encoberta a necessidade dessa instância ‘conceptual’ (cf. 8, p. 21-45). Por sua vez, a preocupação de Greimas de estabelecer o signo tendo por referência não uma realidade ‘bruta’, primeira, mas um “segundo nível de realidade natural”, e querendo ver o referente tratado como um “conjunto de sistemas semióticos mais ou menos implícitos” — nível semiótico a que gostaríamos de fazer homologar a interpretação que aqui damos ao sentido — é bastante elucidativa da necessidade de se ter uma instância (semiótica e conceptual) que sirva de suporte referencial às significações das semioses localiza-

* A função semiótica é a relação de pressuposição recíproca que se estabelece entre os dois planos do signo, expressão e conteúdo — mais precisamente, entre a forma da expressão e a forma do conteúdo. Ela é a função instauradora do signo na manifestação, portanto, constitutiva do signo enquanto tal. Por conseguinte, a realização de uma cadeia lingüística ou, mais amplamente, o ato de linguagem em geral consiste precisamente no estabelecimento da função semiótica.

das, e não mais o contínuo amorfo, mundo matizado das 'coisas', pesado de consequência ontológicas (cf. 4 e 5).

Esta interpretação que vê o sentido como uma instância intermediária entre o contínuo amorfo e as realizações específicas das cadeias lingüísticas, além de não parecer totalmente 'infiel' à concepção de Hjelmslev, pode-se tornar bastante cômoda para a teoria lingüística (e semiótica), de vez que, como tentaremos demonstrar, é capaz de estabelecer, senão uma definição, pelo menos uma compreensão estável para o sentido, seja a nível interlingüístico (cf. os exemplos de Hjelmslev), seja a nível inter-semiótico ou a nível intra-semiótico.

Já foi visto que, nos exemplos a nível interlingüístico, as realizações particulares das diferentes línguas montam no seu conjunto um sentido, NON SCIO, comum a elas dada a sua intersecção (tentaremos adiante esclarecer onde tem origem essa intersecção). No entanto, ao examinar mais de perto a realização de uma cadeia lingüística no interior de seu próprio sistema lingüístico, verificamos que o mesmo fator comum pode ser extraído de diferentes realizações da mesma língua; noutros termos, essa instância intermediária do sentido também pode ser inferida no interior de uma mesma língua. Sejam os exemplos, de Língua Portuguesa:

- 1) Eu ignoro isso
- 2) Eu não sei isso
- 3) Eu desconheço isso

Vemos que, apesar de articulações diferentes, elas possuem um sentido comum, ou seja, recortam conjuntamente o contínuo numa zona comum de sentido, do NON SCIO. O mesmo diagrama usado acima poderia ilustrar também aqui essa 'montagem' do sentido. Se dizemos, na acepção popular, que as três frases 'querem dizer mais ou menos a mesma coisa' é porque na verdade elas realizam três significações (funções semióticas) numa zona de sentido só. Um dicionário de sinôni-

mos não faz mais do que evocar os contornos de uma zona de sentido.

Mesmo no caso de uma única cadeia lingüística ser repetida em pontos distintos do discurso, isto é, em contextos diferentes, a mesma concepção de sentido pode ser vantajosa. Ainda que desses dois enunciados

- 1) *Por nunca ter tido informações a respeito disso, só posso ignorá-lo;*
- 2) *A um pedido tão extravagante, só posso ignorá-lo;*

possamos dizer, quanto ao segmento final, que possuem um sentido ligeiramente diferente, diríamos agora, um tanto metaforicamente, que são diferentes 'matizes' de um mesmo sentido.

Por fim, num nível inter-semiótico, isto é, quando estamos diante de uma semiótica complexa (cinema, teatro, circo. . .) em que vários códigos, de natureza semiótica distinta, operam compatibilizados na obtenção de um sentido global e homogêneo, diríamos que o que eles fazem é exatamente projetar as suas respectivas funções semióticas no contínuo amorfo semântico (e a mesma representação em diagrama acima feita poderia ilustrar essa projeção dos vários códigos). Essa projeção procura evocar, através das peculiaridades distintas das formas de tratamento de cada código, as sutilezas de um determinado sentido aí desejado (cf. uma cena qualquer de subjugação de um personagem tratada imageticamente através de um *plongé*, no caso do cinema).

3. Um terceiro diagrama

Procedendo inversamente, isto é, partindo de um signo mínimo (morfema), prosseguindo na direção de um signo-enunciado e um signo-texto numa língua, até alcançarmos a comparação entre enunciados ou textos de línguas diferentes (os exemplos de Hjelmslev), chegaríamos igualmente a demonstrar a existência (metodológica) da zona de sentido, ou simplesmente, do sentido como uma instância não identificada ao contínuo amorfo.

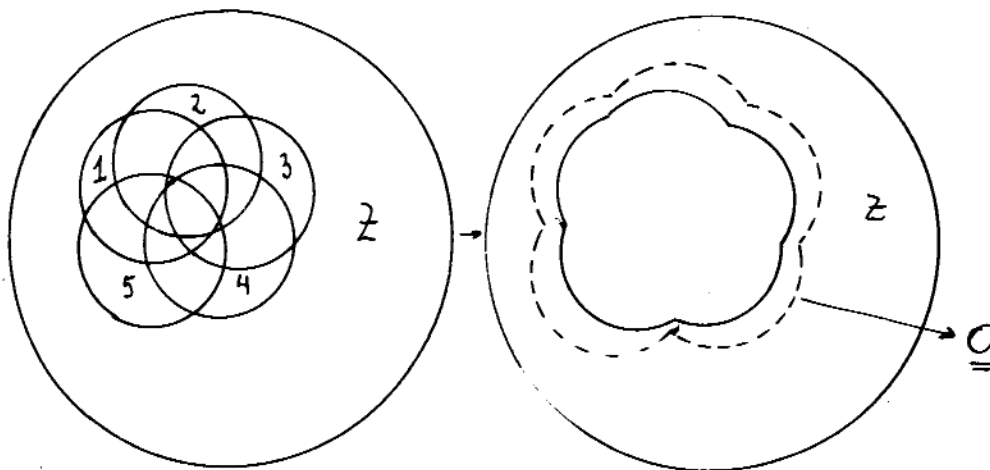
No caso de um signo morfemático, podemos dizer que as suas infinitas realizações (funções semióticas) em textos e contextos diferentes acabam por delinear, no seu conjunto, não um significado preciso, fechado, isto é, um semema ou um conjunto de sememas estável, mas um amplo feixe de sememas (cf., para o signo CASA = moradia, construção, lar, abrigo . . .); não se limitando a esse amplo feixe de sememas, o sentido de tal signo abrangeria ainda, se se pode dizer, um 'espectro paradigmático' originado no eixo do paradigma de tal signo (cf. as "Associações" já demonstradas desde Saussure)*.

No caso de um signo-enunciado, o sentido de cada signo-morfema (feixe de sememas + espectro paradigmático) que lhe compõe sofreria uma alteração, digamos, qualitativa, graças à sua integração no enunciado, compondo pois o sentido do enunciado.

O que se quer ressaltar com essas explicações é que os exemplos de Hjelmslev

podem novamente ser reinterpretados, pois, mesmo cada cadeia linguística em particular não projeta pela sua função semiótica uma configuração precisa no contínuo amorfo (tal como poderia parecer pelo desenho perfeitamente circular do diagrama); ao invés, essa função semiótica vem acompanhada dos contornos do espectro paradigmático, isto é, contornos menos nítidos e mais amplos de uma outra circunferência, esta sim delineando a zona de sentido global daquela cadeia em particular. E, igualmente, todas as outras cadeias procedem da mesma maneira, fazendo surgir, agora sim, no fundo completamente informe do contínuo amorfo, as demarcações não tão informes da zona de sentido comum às diferentes línguas consideradas, demarcações resultantes da intersecção das zonas de sentido de cada língua em particular.

Esse novo estágio de concepção do sentido resultaria pois num outro diagrama, a saber:



* Nesse nível morfemático pode-se ter a impressão de que o sentido seja assimilável ao "semema" de Pottier — conjunto de todos os possíveis semas (genéricos, específicos, virtuais); mas a entrada do que se denominou aqui 'espectro paradigmático' acaba por eliminar, ao que tudo leva a crer, tal homologação, suprimindo ainda mais os vestígios de uma delimitação precisa que ameaçaria aproximar o sentido do signo ao seu "significado".

O espectro paradigmático abrangeria desde as associações paradigmáticas de nível signico, desde as relações de co-presença (disjunta ou conjunta) de nível sêmico no interior do arranjo hipotático dos sememas greimasianos (cf. a presença do sema 'superioridade' não anula a co-presença, disjunta, do sema 'inferioridade' em CABEÇA DE PREGO), isto é, desde relações de natureza lógico-semânticas até relações fortemente modalizadas, isto é, dadas pela 'posição modal' do estado passional do sujeito, relações cuja natureza (lógica?, pato-lógica?, i-lógica?) a semiótica de hoje procura determinar.

em que 1, 2, 3, 4 e 5 representam as realizações diversas do sentido NON SCIO de cada língua e em que *O* representa o sentido comum a elas, NON SCIRE.

O SENTIDO CONCEPTUAL

À vista do novo diagrama, podemos dizer que, ainda que equidimensional ao conjunto de todas as zonas de sentido, o contínuo amorfo representa para cada uma delas, isto é, para cada sentido, um macro-universo; e, ao contrário, o sentido é um micro-universo do contínuo amorfo. Em outras palavras, a zona de sentido das diferentes realizações exemplificadas operam no contínuo uma “redução seletiva” (o termo é de Pottier, cf. 8): de um macro-universo, não finito, passa-se a um micro-universo, até certo ponto finito, do

sentido NON SCIRE. Tem-se, pois, um sentido não muito bem formado, mas também não totalmente amorfo.

É fácil notar essa redução no nível figurativo do diagrama apresentado. As coisas se complicam bastante ao se tratar de conteúdos semânticos. Mas cabe-nos perguntar, por exemplo, por que quando das realizações dos exemplos acima não nos ocorreu de misturarmos ao sentido NON SCIRE um outro qualquer, aleatoriamente, como DOR DE CABEÇA ou outro? É que a percepção *seleciona* traços pertinentes para uma determinada situação de comunicação, ou para qualquer exercício semiótico; quanto mais no caso lingüístico em que as coerções lineares da substância da expressão forcem a captação conceptual a se desenvolver ‘por etapas’.*

* Há um uso temeroso do termo ‘percepção’ no último parágrafo. Na verdade a operação de seleção dos traços pertinentes com vistas à significação é um campo tão complexo quanto pouco conhecido. Se no terreno da filosofia essa operação é frequentemente subsumida pelo termo ‘cognição’, na área da psicologia, alguns autores a encaram enquanto ‘percepção’ (envolvendo operações de redução a traços essenciais, comparação, discriminação, completamento, perspectivização...) devido à sustentação da hipótese de que “el conjunto de las operaciones cognoscitivas llamadas pensamiento no son privilegio de los procesos mentales ubicados por encima y más allá de la percepción, sino ingredientes esenciales de la percepción misma (...) No parece existir ningún proceso del pensar que, al menos en principio, no opere en la percepción” (cf. 1, p. 13). Em todo caso, há por parte de lingüistas e semioticistas a tentativa de considerar como *não pertinente* aos seus estudos esse campo imenso de pesquisas; ainda que, é claro, levem em conta todas as coerções e aptidões biofísicas e psicossociais da percepção ou do pensamento humano, eles procuram passar adiante, forjando um termo metalingüístico que subsuma por inteiro todo esse complexo jogo de coerções e aptidões, considerando-se uma etapa vencida. É nessa direção, cremos, que Pottier trabalha ao tentar introduzir no corpo metalingüístico da metodologia lingüística o conceito de *conceptualização*, de notável economia, para definir de um só fôlego toda a complexidade da “redução seletiva” do universo não finito (cf. 8).

Se emprestamos pois de Pottier o termo “conceptualização” — redução seletiva da referência - para denominarmos a redução do contínuo amorfo ao sentido, pode-se concluir que o sentido é uma instância conceptual, lugar onde convergem as significações particulares das diferentes línguas e das diferentes semióticas de cada sociedade. Ou seja, é o lugar convergente das traduções entre as diversas línguas e as diversas semióticas. Vemos assim o problema do sentido reduzido às suas dimensões menos comprometedoras tal como o quer Greimas, encarando-o como sendo o lugar da “transcodificação de significações” (cf. 4, p. 7-17). Tal instância parece metodologicamente necessária, já que não pode haver tradução de uma função semiótica em uma língua natural ou uma semiótica por outra função semiótica em outra língua natural ou outra semiótica. Na verdade, as duas funções semióticas podem convergir nessa instância conceptual do sentido. Trata-se pois de tradução parcial de um sentido conceptual comum.

A possibilidade da transcodificação de significações seja entre diferentes comunidades lingüísticas, seja entre diferentes semióticas de uma mesma comunidade lingüística deve-se ao fato de que o sentido, lugar conceptual da transcodificação, não tem origem senão no acúmulo da experiência semiótica, mais ou menos equivalente, dessas comunidades frente à ‘realidade’. Quanto mais próximas são essas experiências vividas pelas comunidades em questão, tanto maior será a intersecção das suas significações no universo do sentido.* O sentido é o produto histórico das sucessivas significações de uma comunidade.

Em outros termos, o signo não possui um conceito previamente determinado e circunscrito precisamente no contínuo; ao contrário, por causa das sucessivas uti-

lizações, na experiência semiótica de uma comunidade, ele vai delineando uma zona de sentido, sempre mais ‘ampla’ que uma manifestação (função semiótica) localizada; e em cada manifestação ocorrencial ele elege uma porção dessa zona de sentido, ou a enriquece com um novo dado, sempre determinado pelas coerções do contexto e da situação em que tal manifestação ocorre.

Se essa zona de sentido se forma à vista da experiência histórico-lingüístico-cultural das sociedades, do mesmo modo, no nível individual, as manifestações de uma mesma cadeia lingüística, em cada ato de fala, nunca incidem num mesmo ponto do contínuo, mas constituem um conjunto de significações que montam uma zona de sentido, cujo espectro é ditado (e ao mesmo tempo compõe) pela experiência, pelo “domínio de experiência” (Pottier) que o ‘vivido’ do indivíduo lhe acumula.

Há um outro fator que contribui para estatuir a instância conceptual do sentido como o lugar da transcodificação das significações. Se, como foi visto, o sentido se apresenta como um lugar onde convergem as experiências semióticas das comunidades, isto é, se ele pode-se mostrar como sendo o mundo do ‘senso comum’ é porque ele se deixa ver também como o *referente conceptualizado* de qualquer signo, referente resultante das semioses das comunidades no decorrer do seu vivido histórico, ou seja, referente semiotizado. É nesse estágio de reflexão que podemos, ao que parece, homologar o que aqui se chama “sentido” ao que Greimas chama de “mundo do senso comum”, “semioticamente informado”, das “semióticas implícitas” (cf. 4 e 5). Se dissermos pois que o universo conceptual do sentido é o lugar da transformação do caos em mundo significante, tal frase é re-

* Chamamos experiência semiótica a toda experiência histórica, social, lingüística e cultural de uma comunidade, que se desenvolve na forma discursiva, *lato sensu*, isto é, sob o intermédio da linguagem.

sultante de simples constatação e não mais de retórica metaforizante.

O SENTIDO DA EXPRESSÃO

Tudo o que até aqui foi dito quanto ao sentido refere-se tão-somente ao plano do conteúdo das línguas em questão. Segundo Hjelmslev, o mesmo que ocorre nesse plano também é passível de ocorrer no plano da expressão das línguas. Para demonstrá-lo apresenta o exemplo das articulações em línguas diferentes da seqüência *got* no Inglês, *Gott* no Alemão e *Godt* no Dinamarquês, articulações que “representam formações diferentes de um mesmo sentido de expressão” (cf. 3, p. 61); não importa que aqui o sentido do conteúdo não seja o mesmo, assim como nos exemplos anteriores (*I do not know, je ne sais pas...*), o sentido do conteúdo era o mesmo mas não o sentido da expressão.

Ajustando essa noção de sentido da expressão para os nossos propósitos, sempre à vista do último diagrama apresentado, diríamos que as várias realizações, mesmo numa só língua natural, de uma seqüência como por exemplo /KARRO/ não incidem na mesma posição no contínuo sonoro, mas montam, pela sua intersecção, um aglomerado sonoro, um espectro mais ou menos limitado de sons, que podemos denominar como o sentido da expressão.

Por pertencerem à mesma zona, diríamos também aqui ‘conceptualizada’, de sentido, as diferentes realizações (vibrantes, uvulares...) da seqüência acima não ocasionam nenhum ‘desvio’ de sentido e são consideradas, pois, como *variantes*. As variantes fonéticas nada mais são do que a exploração de todas as possibilidades inscritas dentro de uma mesma zona de sentido da expressão.

Do mesmo modo que o sentido do conteúdo representa para o signo um referente semiotizado, o sentido da expressão representa para o mesmo signo como que

uma *matriz referencial* de sons (no caso lingüístico) em que a forma da expressão estampa uma determinada região sonora quando da manifestação de tal signo.

O REFERENTE DO SIGNO

Estamos cientes de que não se obteve aqui uma definição precisa, fundada numa metalinguagem unívoca, do sentido; na verdade o que se fez foi abordá-lo metaforicamente aqui, parafraseá-lo dali, contorná-lo alhures. Não se trata de evasivas; efetivamente, é a própria natureza do sentido que não permite definições precisas. Para continuarmos em metáfora, o sentido faz-nos lembrar aqueles objetos delicados das esculturas móveis, com figuras de bruxas ou peixes, tão comuns em quartos de crianças, que ao menor sopro de vento mudam de posição e de equilíbrio. E qualquer metalinguagem que procure decifrá-lo parecerá esse sopro de vento que desfigura um sentido na partida, para configurar um outro na chegada, permanecendo desconhecida a sua natureza.

Situado numa instância intermediária entre o contínuo amorfo que, enquanto tal, não tem ainda “existência científica”, e a manifestação propriamente dita (a função semiótica) que, assim que se efetiva, não existe mais, a captação do sentido, na sua vida efêmera, não permite uma análise (= definição) estável. O sentido só se permite conceber como um universo virtual de possibilidade de significações e de transcodificação de significações. É o lugar da conceptualização da realidade ‘bruta’. Deixa-se ver como um segundo nível de realidade: não se tem mais como referente o mundo pesado das coisas mas uma realidade já semiotizada, já culturalizada, e que é a única a servir de suporte referencial às significações dos signos. Por conseguinte pelo menos contribui-se, com essa concepção de sentido, para que se possa descartar da teoria lingüística e da teoria semiótica o proble-

ma (ontológico) do referente extra-semiótico.

O referente do signo não é, pois, uma entidade da realidade bruta mas uma *posição* nesse segundo nível de realidade semiotizada, o sentido. O signo não é signo de alguma coisa, mas o signo de um sentido (do conteúdo e da expressão)*.

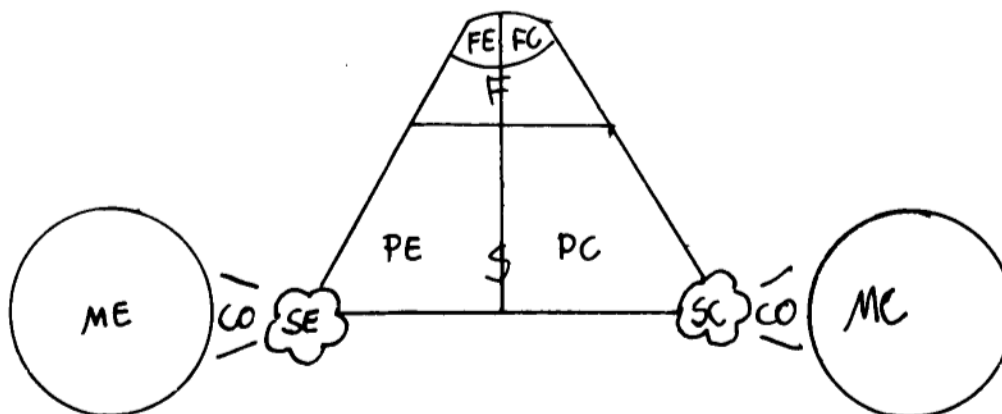
A ESTRUTURA DO SIGNO

A possibilidade de conceber o referente lingüístico ou semiótico em geral como um mundo já semiotizado, sem se ver às voltas com pesadas conseqüências metafísicas, leva-nos a reexaminar o modelo triangular da estrutura do signo, proposto por Ogden e Richards, como tentativa de reinscrevê-lo num novo estágio científico

da teoria lingüística e teoria semiótica proporcionado pelos avanços conquistados com a noção de *forma do conteúdo* e *forma da expressão* de Hjelmslev. Para isso também utilizamo-nos das noções de sentido do conteúdo e sentido da expressão apresentadas hipoteticamente acima.

OBS.: Por comodidade de explicação, foi feita aqui uma divisão operatória do contínuo amorfo em Matéria do conteúdo e Matéria da expressão, utilizando-nos parcialmente de sugestão de Ch. Metz (cf. 7), divisão que não deve ser tomada ao pé da letra, uma vez que o contínuo amorfo não permite análise nem, conseqüentemente, divisão.

Seja o diagrama:



* Esta afirmação parafraseia parcialmente Hjelmslev: "o signo é, portanto, ao mesmo tempo, signo de uma substância de conteúdo e de uma substância da expressão". Não cremos tratar-se de contradição, pois a substância, como o próprio Hjelmslev a concebe, é o sentido, ou antes, a porção do sentido que recebe a projeção da forma (cf. 3, p.. 61-62).

em que:

- PE = plano da expressão do signo;
 PC = plano do conteúdo do signo;
 F = forma (do conteúdo e da expressão);
 S = substância (do conteúdo e da expressão);
 MC = matéria do conteúdo (contínuo amorfo) = sem existência científica; 1.º nível de realidade “bruta”; inacessível ao conhecimento;
 CO = conceptualização — redução seletiva da MC; focalização dos elementos essenciais e pertinentes na percepção para a obtenção do sentido; é ditada pelas coerções biofísicas e sócio-culturais das comunidades;
 SC = sentido do conteúdo — conjunto das realizações significativas dos signos, na história da linguagem, que montam um lugar virtual de possibilidade de significação; 2.º nível de realidade (semiotizada); mundo do senso comum, das semióticas implícitas; é o referente semiotizado do signo. É o sentido disponível para receber a projeção da forma do conteúdo (passando então à substância do conteúdo) no processo da semiiose;
 FC = forma do conteúdo — o “significado” de Saussure; semema (conjunto hierarquizado de semas); em relação de pressuposição recíproca com a forma da expressão; funtivo da “função semiótica” que instaura o signo enquanto tal e a sua significação específica;
 ME = matéria da expressão — matéria disponível para ser recortada com vistas à seleção das cadeias significantes que constituem os elementos pertinentes do plano da expressão (fonemas para o lingüístico);
 CO = conceptualização (termo provisório que aí figura à espera de melhor denominação) — redução seletiva da ME para a obtenção da cadeia significante. Apesar de tratar dados físicos, essa redução seletiva também é ditada, além das coerções biofísicas, pelas coerções sócio-culturais: “...une analyse plus approfondie du plan de l’expression arrive à montrer que le signifiant est, lui aussi, le résultat d’une construction de nature sémantique”, (cf. 5 p. 351);
 SE = sentido da expressão — conjunto das realizações possíveis de uma cadeia sonora; espectro de sons (no lingüístico) dentro do qual, em cada ato de fala, a língua elege suas fronteiras (pela forma da expressão) demarcando assim a substância significante ou substância da expressão.
 FE = forma da expressão — o “significante” de Saussure; “imagem acústica” da organização do SE (imagem da projeção da FE no SE). Não é o som físico (ME) mas a “empreinte” psíquica desse som (cf. 11)*.

Este diagrama triangular da estrutura do signo procura evidenciar a *posição formal do signo por relação ao seu suporte veicular e referencial*. O signo visto como a união solidária entre duas formas (FC e FE) é, pois, arbitrário em relação a qualquer referente “externo” (MC ou ME). O célebre problema das onomatopéias, entre outros, não chega a ameaçar o princípio da arbitrariedade, uma vez que também ela é uma motivação semiotizada e total-

* Já se observou que é indevido o uso, por Saussure, do termo “imagem acústica”, pois privilegia apenas o canal auditivo. Não obstante, seu uso aqui não parece comprometer em nada.

mente inserida dentro do universo do sentido (SE) e não projetada para 'fora' (ME) (Qual a língua que imita 'corretamente' o grito do cão?).

Pôde assim ser proclamada por Saussure a autonomia do objeto lingüístico. Contorna-se a metafísica; e o discurso científico nas teorias da linguagem pode conduzir suas descobertas tendo por controle interno da sua veridicção não mais um ajuste com a 'realidade' exterior mas apenas a sua coerência interna: "Et la cohérence, on le sait, reste un des rares critères de vérité que l'homme ait imaginés" (Greimas, 4, p. 9).

RELAÇÕES ENTRE AS GRANDEZAS DO TRIÂNGULO

As grandezas do triângulo não são conceitos estáticos. Elas constituem a captação do instante (metodologicamente dizendo) da realização do signo, da sua semiose. Por isso têm de ser explicadas e explicitadas as relações que essas grandezas mantêm entre si e que conferem ao modelo triangular o seu dinamismo específico.

Procurando denominá-las na medida do possível e do já denominado, estas relações se orientam como segue:

FC	↔	FE	=	função semiótica — significação;
			
FC	→	SC	=	designação (o signo que se 'desfaz' na indicação do seu referente;
SC	→	MC	=	denotação (?)
			
MC	→	SC	=	conceptualização — redução seletiva do universo 'real' em universo conceptual;
SC	→	FC	=	denominação (?)
			
FE	→	SE	=	consignação — a 'marca' de um sinal buscado na ME e conceptualizado, para legitimar (para 'consignar' uma significação)
			
SE	→	ME	=	motivação (?)
			
ME	→	SE	=	conceptualização
SE	→	FE	=	significância (?)

OBSERVAÇÃO FINAL: A denominação, necessária, das relações, tem aqui um caráter eminentemente sondador. Somente um estudo minucioso de cada relação, em cada instância, pode conseguir denominá-las a contento. Em vista disso, as interrogações nos parênteses não só devem alertar para a existência desses mesmos termos em outras acepções, como também para o caráter arbitrário, inseguro e provisório da sua introdução.

RÉSUMÉ: L'auteur a comme but 1) de mettre en relief l'avantage que le principe saussurien de l'arbitraire du signe peut conférer aux théories du langage si l'on veut se passer des concepts métaphysiques. Ceux-ci sont toujours présents implicitement ou explicitement lorsqu'on accepte le réel comme étant le référent du signe. 2) de mener la description à son statut scientifique. L'hypothèse soulevée est celle d'une réinterprétation de la notion de sens chez Hjelmslev, laquelle met à son avis en évidence la position formelle du signe saussurien par rapport à son référent (intra-sémiotique).

UNITERMES: Arbitrariedade; sens (do conteúdo e de l'expressão); função semiótica; conteúdo amórfico; forma do conteúdo; forma de l'expressão; conceptualização; referente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARNHEIN, R. — *El pensamiento visual*. 2. ed. Buenos Aires, Eudeba, 1973.
2. HJELMSLEV, L. — *Essais linguistiques*. Paris, Minuit, 1971.
3. HJELMSLEV, L. — *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Trad. José T. Coelho Neto. São Paulo, Perspectiva, 1975.
4. GREIMAS, A. J. — *Du sens: essais sémiotiques*. Paris, Seuil, 1970.
5. GREIMAS, A. J. — *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris, Hachette, 1979.
6. MALMBERG, B. — *Signes et symboles: les bases du langage humain*. Paris, Picard, 1977.
7. METZ, Ch. — *Langage et cinéma*. Paris, Larousse, 1971.
8. POTTIER, B. — *Linguistique générale*. Paris, Klincksieck, 1974.
9. POTTIER, B. — *Comment dénomer les sèmes?* Paris, Institut de la Langue Française, Groupe de Recherches Sémiolinguistiques, 1980. (Bulletin, n.º 13, p. 21-29).
10. REY, A. — *Théories du signe et du sens, lectures II*. Paris, Klincksieck, 1976.
11. SAUSSURE, F. de. — *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris, Payot, 1975.